

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 27 de fevereiro de 2024 - Ata n.º 8.

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e quatro, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Ademar Traiano**, secretariado pelos Sr.ºs Deputados **Tercílio Turini** (na função de 1.º Secretário) e **Evandro Araújo** (na função de 2.º Secretário), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **8.ª Sessão Ordinária da 2.ª Sessão Legislativa da 20.ª Legislatura**.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos a nossa Sessão Ordinária desta terça-feira. Solicito ao Deputado Evandro Araújo que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

SR. 2.º SECRETÁRIO (Deputado Evandro Araújo - PSD): (Procedeu à leitura da Ata da 7.ª Sessão Ordinária, de 26 de fevereiro de 2024.) É o que continha a Ata, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Em discussão a presente Ata. Encerrada a discussão. **Ata aprovada**. (A Ata permaneceu à disposição dos Sr.ºs Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem.)

Em cumprimento à Lei Complementar Federal n.º 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, art. 9.º, § 4.º, **declaro aberta a Audiência de Pública de Prestação de Contas do 3.º Quadrimestre de 2023 da Secretaria de Estado da Fazenda**. A título de informação, o Secretário Dr. Renê está com problemas de saúde e não pôde estar presente, então fará a exposição da prestação de contas a Sr.ª Marcia Cristina Rebonato do Valle, que é Diretora-Geral da Secretaria da Fazenda. Fazem-se presentes: Roberto Tizon, Diretor da Receita Estadual;

Priscila Aguiar Mânica, Chefe de Gabinete; Gisele de Carvalho Carloto Rodrigues, Diretora de Contabilidade Geral do Estado; Pedro Brunelli, assessor da Diretoria do Tesouro do Estado; Tomaz Lucas Santos Leal, assessor econômico do Gabinete do Secretário; Luisa Regina Mazer, assessora técnica do Gabinete do Secretário; Luiz Geraldo Mazza Neto, assessor de imprensa; João Paulo Pimentel, assessoria de imprensa; Pedro Fernandes Lobato, diretor da coordenação de orçamento e programação; e Marcelo Vilela de Carvalho Costa, Secretário da Comissão de Orçamento da Assembleia Legislativa do Paraná. Ainda registro a presença da nossa querida Prefeita de Santa Terezinha de Itaipu, Karla Galende, e das Vereadoras Margarete Dionísio e Maria Isoldi, convidadas nossas, mulheres que fazem a diferença lá em Santa Terezinha de Itaipu, município que há 20 anos apoia o Deputado Traiano. Sejam bem-vindas à nossa Casa. Também registro a presença do Prefeito da Lapa, Sr. Diego Ribas, por solicitação do Deputado Hussein Bakri. E aproveito este momento para fazer a leitura de um Projeto encaminhado pelo Tribunal de Justiça (**autuado sob o n.º 94/2024**), que altera a redação do §1.º e acresce o §2.º ao art. 21 da Lei n.º 6.149 de 1970, que dispõe sobre o regime de custas dos atos judiciais.

Iniciamos então a prestação de contas do quadrimestre. Concedo a palavra à Marcia Rebonato, que é a Diretora-Geral da Secretaria, já com parâmetros estabelecidos: 30 minutos para apresentação, mais 15 de prorrogação, não podendo ser apartada. E os Deputados que pretendam fazer questionamentos, inscrevam-se na Mesa. No painel teremos a apresentação da exposição que será feita pela Marcia. Com a palavra a Diretora-Geral Marcia Rebonato.

SR.^A MARCIA CRISTINA REBONATO DO VALLE: Muito obrigada. Em nome do Presidente Deputado Traiano, cumprimento a Mesa e cumprimento também os demais Parlamentares presentes e os não Parlamentares presentes. Vamos lá! Para quem tem a apresentação, estou começando na página 27. Vamos começar sobre os resultados fiscais do terceiro quadrimestre de 2023. Começando pelas receitas correntes realizadas, comparando sempre com o ano de 2022, tivemos um crescimento real das receitas correntes em 3%, comandada sempre pelo ICMS, que são os impostos, taxas e contribuições de melhoria, que é o imposto

maior que recebemos, e 6% em contribuições devidas às reestruturações de pessoal que ocorreram no ano passado. O aumento também em relação às transferências correntes refere-se à compensação recebida, uma parcela recebida da compensação por conta das Leis Complementares n.ºs 192 e 194. Aqui em relação ao ICMS em si, com o crescimento, retornando a Lei n.º 192 e 194, que reduziu muito os ingressos de receita nos setores de energia e comunicação, tivemos uma queda grande, 36% em energia e 39% em comunicação. As receitas de capital realizadas tivemos um crescimento real de 137%. Isso por conta da alienação de bens, que foi a transformação da Copel em incorporadora, que ingressou recursos no montante de 3,2 bilhões aos cofres. Despesas correntes empenhadas – tivemos também decorrente dos quadros da reestruturação um crescimento em despesa com pessoal e encargos sociais. Juros e encargos de dívidas, um aumento por conta do índice da Selic. E outras despesas correntes, decorrente de inúmeras outras despesas que podemos no quadro seguinte o detalhamento das maiores despesas correntes que ocorreram durante o ano de 2023. Muitas despesas da função saúde, outras em relação a precatórios, que tem muito a ver com a mudança da rubrica orçamentária onde precatórios era pago – tinha parte do pagamento em investimentos e foi migrado tudo para despesas correntes, então cresce em 2023 -, o fundo rotativo e outras despesas mais, como manutenção de estradas. Então, foram as despesas que mais cresceram em 2023. Despesas de capital empenhado. Não tivemos acréscimo real em relação a 2022. E a amortização da dívida, também por conta da dívida com o Itaú. O resultado primário apresenta um superávit, mas finalizamos o ano de 2023 com despesas empenhadas e não pagas no montante de quase 6 bilhões. O resultado previdenciário. O plano previdenciário, o fundo previdenciário com um superávit, o resultado previdenciário de 1,2 bi, o financeiro e o militar com um déficit, o que finaliza com uma insuficiência financeira de 7 bilhões ao ano. Essa insuficiência tem a cada ano crescido um montante. O saldo total da dívida, finalizou 2023 com um total de 29 bilhões, em 2022 foram 30. Então, apesar de termos resolvido a questão da dívida com o Itaú, outras operações de crédito foram realizadas durante o ano, então ficou estabilizado. As maiores dívidas são com a União,

depois precatórios e Banco do Brasil. Aqui é a Capag, que é a capacidade de pagamento, com três índices de avaliação, que é o endividamento, a poupança corrente e a liquidez. A maior preocupação do Paraná é sempre a poupança corrente, que é a relação de despesas e receitas. Nota-se que de 2023 para 2024 houve uma piora, mas, de qualquer forma, ainda temos, com a nota existente hoje, que é a nota “B”, existe uma estimativa de alcançarmos a Capag “A”. Esse resultado só mais para a metade deste ano que será oficial. Aqui em relação ao cumprimento dos limites de dívida, operação de créditos e garantias. O Paraná está muito bem, está dentro do limite, passou muito tranquilo em relação a esses índices. Em relação ao atingimento dos limites constitucionais que envolvem saúde e educação, cuja saúde é 12%, foi atingido um índice de 12,29%, e na educação, que o índice é 30%, alcançou-se 32,91%. Apontado também 1 bi e 800, que é o valor de perda do Fundeb, que são recursos que são gerados dentro do Paraná e quando são devolvidos ficam para outros estados, não voltam para o Paraná, e algumas despesas que não são computadas no índice da saúde porque são ou de recursos do SUS, recursos de outras fontes, e também tivemos em 2023 o início do acordo dos vetores junto ao Ministério Público, que são valores que vão ser aportados durante 15 anos na saúde – em 2023 foi um valor de 333 milhões, corrigidos pelo IPCA durante 15 anos. Esse daí não computa dentro do percentual da saúde de 12%. Aqui despesas de pessoal é o índice da Lei de Responsabilidade Fiscal, onde atingimos um percentual de 43%. Só lembrando que temos aquele limite pela LRF de 49%. Quarenta e quatro vírgula um seria um limite de alerta e não atingimos nem o limite de alerta, ficamos nos 43%. É essa a apresentação do quadrimestre dos números de 2023. Obrigada.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Questiono aos Deputados se há alguma pergunta a ser feita à Diretora. Deputado Evandro, por favor, pode fazer o questionamento.

DEPUTADO EVANDRO ARAÚJO (PSD): Cumprimento a Diretora Marcia e toda a equipe da Secretaria da Fazenda, os Sr.^s Deputados e Deputadas. Quero fazer uma menção justa aqui, Marcia, depois vou fazer uma pergunta. Duas menções, na verdade! Agradecer ao Secretário Renê Garcia e toda equipe e o Roberto Tizon

também, que atendeu um pedido importante das entidades que trabalham com a reciclagem no Paraná, ampliando o alcance do diferimento do ICMS de resíduos sólidos comercializados por cooperativas e materiais recicláveis para empresas do Simples Nacional, e isso aconteceu por meio do Decreto n.º 3294/2023. Vocês não imaginam como isso foi importante. Então, quero que levem os nossos cumprimentos ao Secretário em relação a esta decisão que é dele e de toda a sua equipe. E também enaltecer a decisão da Sefa de aumentar o valor máximo de veículos vendidos para pessoas PCDs, que antes era de 100 mil e passa a ser de 120 mil, uma decisão também, na nossa opinião, acertada. Depois, Marcia, leve estes cumprimentos e o reconhecimento. E tenho três colocações. A primeira no que diz respeito..., até gostaria que você detalhasse mais essa informação do acordo com o Ministério Público, dessas despesas com a saúde. Para entendermos o que é direitinho isso. Essa é a primeira questão. A segunda é se a expectativa de aumento da nossa nota de crédito, do Estado. Você falou que é para o meio do ano, não é? Até o meio do ano. Isso vai significar o quê? Uma estratégia de novas operações de crédito? O que se pretende? Já tem uma conversa do que se pretende fazer com essa possibilidade? Por último, um assunto que até falei que não falaria, mas sempre voltamos no assunto. Sabemos que vocês avançaram na Secretaria em relação a um estudo de modelagem do impacto econômico dos benefícios fiscais. Então, se é possível, talvez você tenha que consultar o Secretário, mas se é possível fazermos uma explanação aqui para os Deputados, porque este assunto dos benefícios fiscais sempre volta à Casa toda a vez que temos prestação de contas. Então, penso que mesmo que tenhamos um trabalho que está em curso ainda, seria importante apresentar aos Deputados. Então, são essas as minhas contribuições aqui.

SR.^A MARCIA CRISTINA REBONATO DO VALLE: Obrigada, Deputado Evandro. O acordo do Ministério Público envolve três despesas que eram custeadas pela saúde, que são o Leite das Crianças, que está dentro da Secretaria de Abastecimento, o Hospital da Polícia Militar, da Sesp, e o SAS, que é o Serviço de Atendimento ao Servidor, que está dentro da Secretaria da Administração. Então, havia um entendimento no passado que essas despesas eram despesas da

função saúde e estariam cobertas dentro dos 12%, da vinculação que existe do Estado. Depois houve um entendimento, vários questionamentos do Ministério Público durante anos realmente questionando, porque para ser função saúde tem que ter a universalidade e esses atingiam nichos específicos da população, e a decisão foi que não faziam parte da função saúde, teriam que ser retirados de lá. O primeiro passo que o Estado fez foi retirar as despesas da saúde, então cada Secretaria começou a custear as suas, o SAS foi redistribuído em cada órgão, e do passado que foi pago houve um acordo com o Ministério Público de recompor esse valor gasto nessas três despesas. O acordo foi então que colocaríamos esse valor de 333 milhões, que foi do ano passado, anualmente e corrigido pelo IPCA durante 15 anos, para se chegar ao montante que foi utilizado no passado nessas três despesas. Essas despesas entram na Secretaria da Saúde para ações específicas que o Ministério Público também está monitorando e não entram nos 12% da saúde. Então, a saúde tem, desde o ano passado, 12% mais esses recursos para ser aplicado na saúde. Em relação à Capag - Capacidade de Pagamento, vou falar uma questão inversa, se tivéssemos uma Capag "C", que é "A", "B", "C" e "D", se não me engano, se tivéssemos uma Capag "C" e "D", o Estado não poderia contrair nem uma operação de crédito e a União não seria a validadora também dessas operações. Então, é uma perda muito grande para o Estado. Capag "A" seríamos o primeiro estado do Brasil a atingir essa classificação. Então, tem um bônus político, vamos dizer assim, um bônus de retratar uma ótima gestão fiscal, e claro que tem os seus méritos em relação as suas vantagens, em relação a operações de crédito. Isso tudo é o Tesouro Nacional que avalia, então, é uma relação com eles. Dos benefícios fiscais, vou falar com o Secretário, mas tenho certeza que ele não vai se opor de combinarmos uma conversa, sim, com os deputados. Podemos ver, sim.

DEPUTADO EVANDRO ARAÚJO (PSD): Está bom. Só mais uma questão, Deputado Traiano. Estou vendo que tem poucos inscritos, mas queria aproveitar só para uma questão apenas. Vimos pela apresentação que os investimentos de 23, em relação a 22, caíram bastante, caíram significativamente os números de investimento. Marcia, como vai ficar esse ano a expectativa para investimento? E,

assim, em relação à mudança que teve na alíquota de ICMS no final do ano, tem uma expectativa do que isso vai representar já?

SR.^A MARCIA CRISTINA REBONATO DO VALLE: Olha, o Paraná vem sofrendo com essa queda da arrecadação, não só o Paraná, o Brasil, com a queda da arrecadação por conta das Leis 193 e 194 e diante de todo esse cenário que reagiu bem. Estamos apresentando um crescimento bom, real, em relação às receitas, mas claro que temos que buscar ainda equilibrar as receitas, para que a evolução disso não seja negativa. Um dos pontos que a maioria dos estados está fazendo é esse ajuste da alíquota modal. O Paraná aumentou em 0,5% para buscar esse equilíbrio mesmo, porque a perda total nacional foi cerca de R\$ 100 bilhões. O Paraná perdeu 46 bi mais ou menos, e da compensação que vamos receber uns 53% do que foi a perda. Então, onde vamos buscar esses ajustes para manter todos os compromissos? Está tendo um acompanhamento direto com os órgãos, em cima das despesas delas, para conseguirmos reduzir um pouquinho as despesas correntes e poder aplicar em investimentos. O montante que cresceu também foi por conta de operações de crédito, que cresceram naquele momento e que não se repetiu de igual no próximo ano, mas normal essa flutuação, vamos dizer assim. Para este ano, também tem esse acompanhamento muito planejado para o ano inteiro, de se ter recursos suficientes para fazer os investimentos. Então, acredito que se não tiver grandes surpresas e tiver com as despesas dentro do cenário que já conhecemos, é possível se chegar ao final do ano bem, estável e bem.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputada Luciana.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Senhor Presidente, minha saudação à Marcia, e agradeço pela explanação aqui. Só nessa linha um pouco que o Deputado Evandro colocava, pelo que ouvi na análise da conjuntura que o Secretário faz, ele relata que o Brasil teve um crescimento e o estado também. Então, não consigo entender muito a resposta da forma como veio, porque, inclusive, ele coloca uma expectativa de crescimento aqui no estado também. Eu queria fazer uma pergunta com relação ao que diz o art. 205 da Constituição do

Paraná, que determina a aplicação de 2% da Receita Tributária com Ciência e Tecnologia. Temos percebido a ausência da prestação de contas de como o Estado está aplicando esse recurso, bem como se esse dispositivo constitucional está sendo cumprido. Então, eu gostaria de perguntar a V.Ex.^a, se for possível, se tiver condições de responder, se realmente o Paraná está investindo em Ciência e Tecnologia, se investiu em 2023, qual foi o montante e em quê investiu?

SR.^A MARCIA CRISTINA REBONATO DO VALLE: Obrigada, Deputada. A Ciência e Tecnologia têm sido atingidos os investimentos, as despesas, dentro do percentual de 2%. Ele fica a cargo da Secretaria de Ciência e Tecnologia – a Seti. Lá, eles têm a Fundação Araucária e outros meios em que eles fazem toda a avaliação dos projetos que vão receber esses recursos. Números exatos de quanto viemos aplicando, em 2022 e 23, posso lhe passar na sequência, mas realmente dentro dos 2%, dentro do que é necessário. Os projetos em si, teriam que fazer realmente o levantamento junto à Ciência e Tecnologia para trazermos o detalhe deles. Quem participa para utilizar um pouquinho desses recursos, além da Seti, o Tecpar também pode utilizar esses recursos, o Iapar que está dentro da Secretaria de Abastecimento também pode utilizar em percentuais menores e este ano também a Secretaria de Inovação. Só buscando, se a senhora realmente quiser os detalhes podemos fazer esse esmiuçamento e devolver depois.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Uma sugestão só, Marcia, que pudesse entrar na prestação de contas também. Fica mais fácil para podermos acompanhar. Obrigada.

SR.^A MARCIA CRISTINA REBONATO DO VALLE: Perfeito.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Bom, não há mais...

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Presidente, só queria fazer uma saudação para finalizar.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pois não, Deputado Hussein.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Quero primeiramente deixar um abraço para o Secretário Renê, que está nos assistindo, acamado, está com uma gripe muito séria. Quero que ele e toda a sua equipe receba os nossos cumprimentos. É um profissional reconhecido nacionalmente pela sua capacidade de trabalho e condução. E quero me colocar à disposição de todos colegas deputados para que eventuais informações que possam surgir, o gabinete da liderança está à disposição, porque é prática do nosso Governo fornecer todas as informações possíveis. Eventualmente, a equipe vem para cá e não vem munida de uma informação ou outra esporádica, que vem na hora, mas quero colocar à disposição a Liderança do Governo aos Deputados da Base e da Oposição, para que possam ter todas as respostas. Obrigado, Marcia, Deputados, toda a equipe, e vamos em frente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Ainda registro a presença do Rodrigo Stica, que é Diretor Administrativo e Financeiro da Secid.

Declaro neste momento encerrada a presente Sessão de Audiência Pública. Agradeço à nossa querida Diretora Marcia, sempre muito atenciosa a todos os Deputados, em todos os momentos. Agradeço também a toda a equipe da Secretaria da Fazenda que aqui está presente.

Declaro encerrada a presente sessão, marcando uma outra para o dia de amanhã, com a seguinte **Ordem do Dia:** Redação Final dos Projetos de Lei n.ºs 940/2023, 984/2023 e 994/2023; 2.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 349/2023 e 456/2023; e 1.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 210/2023 e 66/2024.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 15h13, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)